

Lula quer Receita com poder de bloquear conta bancária

Porto Alegre— O candidato do PT à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, caso eleito presidente, pretende negociar com o Congresso Nacional visando a elaboração de uma legislação mais rígida de política fiscal para o combate da sonegação. Lula pretende uma lei que conceda “aos fiscais da receita federal o poder, inclusive, de bloquear a conta bancária do contribuinte no valor correspondente ao montante da sonegação que o fiscal descobriu, a exemplo do que ocorre no Japão”.

Essa é uma das medidas práticas que Lula pretende implementar no País, segundo revelou numa entrevista à Rádio Gaúcha desta capital. “Nesta questão tributária, o Estado deve receber tudo o que tem direito, mas com a obrigação paralela de devolver o que arrecadou em forma de benefícios à população de forma transparente”.

As estimativas de sonegação, segundo Lula, são de que 30 bilhões de dólares deixarão de ser arrecadados pelo Governo Federal em 1989 — uma das dificuldades

para o desenvolvimento do País, ao lado das dívidas interna e externa. Na questão da dívida interna, Lula revelou que pretendem um acordo com os credores internos para “dar um fôlego ao Governo, a fim de que esse possa se reestruturar”. Lula também prometeu suspender o pagamento da dívida externa, após costurar posições semelhantes entre os países do Terceiro Mundo, em especial da América Latina.

Com a suspensão do pagamento da dívida externa, Lula criará um Fundo de Desenvolvimento, cujo objetivo será a geração de empregos, incentivos à tecnologia, pesquisas ao pequeno e médio produtor agrícola. Outra medida que o candidato petista pretende adotar na Presidência da República, em relação ao funcionalismo público, é o de criar comissões integradas por representantes dos sindicatos e da sociedade civil para examinar o número de funcionários de cada setor. Onde houver funcionários demais, a orientação será para o seu remanejamento em outros setores que tenham deficiência de pessoal.



Lula: todo rigor no combate à sonegação de impostos